



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681454 - RJ (2021/0227088-8)

RELATOR	: MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE	: LEANDRO RODRIGUES MENDONÇA E OUTRO
ADVOGADOS	: ALEXANDRE COSTA DA SILVA - RJ135486 LEANDRO RODRIGUES MENDONÇA - RJ135392
IMPETRADO	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE	: JOAO RIBEIRO DE OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU	: CLAUDIO NUNES COUTINHO
CORRÉU	: CARLOS NUNES COUTINHO
CORRÉU	: ADILSON OLIVEIRA COUTINHO FILHO
CORRÉU	: ADRIANO TEIXEIRA BASTOS
CORRÉU	: ALEXANDRE DA ROCHA GONCALVES
CORRÉU	: ALOIZIO DE SOUZA
CORRÉU	: CARLOS AUGUSTO DE CASTRO RODRIGUES
CORRÉU	: CARLOS HENRIQUE DE ARAUJO
CORRÉU	: CLAUDIO LUIZ STOLET HERDY
CORRÉU	: CRISTIANO RIBEIRO RODRIGUES
CORRÉU	: DAVIDSON DA COSTA VIANA BRAGA
CORRÉU	: DIEGO CANDIDO SOARES
CORRÉU	: DIVINO JULIO DE ASSIS
CORRÉU	: FABIO BASSON DE MELO
CORRÉU	: FLAVIO LUCIO DE OLIVEIRA LEMOS
CORRÉU	: FRANCIS COUTINHO SOARES
CORRÉU	: FRANCISCO SERGIO NUNES SIMOES
CORRÉU	: GLEISON GOMES BARBOSA
CORRÉU	: GUTEMBERG ANDRADE DE SANTANA
CORRÉU	: HENRIQUE DA SILVA TURQUES
CORRÉU	: HENRIQUE OLIVEIRA DE ARAUJO
CORRÉU	: IGOR AGUIAR BAPTISTA DE OLIVEIRA
CORRÉU	: IGOR GUIMARAES SILVA
CORRÉU	: JOSE MOACYR FERNANDES DE OLIVEIRA
CORRÉU	: LUIS CLÁUDIO SOUZA DAS NEVES
CORRÉU	: MARCELO SILVESTRE DA SILVA
CORRÉU	: MARCIO ROBERTO BRAGA
CORRÉU	: MARCO ANTONIO CASADO LIMA
CORRÉU	: PEDRO HENRIQUE PINHEIRO CARVALHO
CORRÉU	: RAFAEL ARAUJO DA SILVA
CORRÉU	: ROGGER FERNANDES
CORRÉU	: RONALD MACHADO DA CRUZ
CORRÉU	: RONILE DE OLIVEIRA SANTOS

CORRÉU : SIDICLEI SEBASTIAO DE FREITAS
CORRÉU : VAGNER OLIVEIRA DE ANDRADE
CORRÉU : VITOR HUGO GONCALVES DA SILVA OLIVEIRA
CORRÉU : WALLACE SOARES GONCALVES
CORRÉU : WELLINGTON SOARES GONÇALVES
CORRÉU : WILLIAM DA SILVA AMORIM
CORRÉU : WILLIAN DE SOUZA BOECHAT
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (*Habeas Corpus* n. 0160751-21.2021.8.19.0001).

O paciente, denunciado pela prática, em tese, do crime previsto no art. 2º, *caput*, § 2º e § 4º, II e IV, da Lei n. 12.850/2013, encontra-se preso preventivamente para garantia da ordem pública, da aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal, uma vez que, consoante o decreto prisional, as circunstâncias dos fatos apurados demonstram inequívoca gravidade em concreto, notadamente pela natureza, complexidade e estrutura da organização criminosa desarticulada, havendo, ainda, a necessidade de interromper a atividade ilícita, de evitar a reiteração e de preservar a incolumidade física de testemunhas.

Os impetrantes sustentam a inidoneidade dos fundamentos apresentados para justificar o encarceramento provisório do paciente, sobretudo por falta de suficiente amparo fático-probatório.

Alegam que o decreto prisional ampara-se em simples presunção de que, solto, o paciente representa risco aos bens jurídicos tutelados pelo art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirmam a possibilidade de substituição da prisão pelas medidas cautelares diversas do art. 319 do CPP, aduzindo que o paciente possui condições pessoais favoráveis.

Por fim, asseveram que, também, é possível substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar, levando-se em consideração o atual estado de saúde do paciente, recém operado para a desobstrução coronariana e colocação de *stents*, acometido, ainda, de complicações pré e pós-operatórias.

Aduzem a necessidade de aplicação das diretrizes estabelecidas na Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requerem, liminarmente, a liberdade provisória do paciente, ainda que mediante medidas cautelares diversas da prisão, com a expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar ou, de forma alternativa, a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. INDEFERIMENTO DA LIMINAR NO WRIT ORIGINÁRIO. SÚMULA N. 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF.

DOMICILIAR. PAI DE CRIANÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 318, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Nos termos expostos na decisão agravada, não se constata nos autos constrangimento ilegal patente, apto a justificar a superação do enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal - STF.

2. Quanto ao pleito de prisão domiciliar, conforme consta da decisão proferida pelo Tribunal de origem, sequer ficou demonstrado que o paciente seria o único guardião da criança, não estando supridas as exigências do art. 318, VI, do CPP.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 672.703/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 24/06/2021)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, sobretudo porque, conforme aduzido na decisão impetrada, “o quadro de saúde apresentado pelo denunciado, por si só, não se presta à tal desiderato, haja vista que o laudo médico então colacionado não indica, de forma pormenorizada, risco iminente à sua integridade física, cuja comprovação, em primeira análise, demanda maior dilação probatória, incompatível com a via eleita, lembrando, ainda, que pleito sequer chegou a ser analisado pelo Juízo competente” (e-STJ fl. 397).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência